

Estudo Técnico Preliminar 25/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 60583.000283/2023-11

2. Descrição da necessidade

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:

2.1. Atendimento ao Decreto nº 4.004/2001, que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

2.2. Serviço em transporte de bagagens e mobiliário, por demanda, a fim de atender servidores removidos, nomeados, requisitados ou exonerados, no interesse da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD).

2.3. Os serviços compreenderam o transporte de mobiliário e bagagens, dos servidores e seus dependentes, com emprego próprio de motorista, combustível, seguro total e outros encargos necessários à execução dos serviços em todo território nacional, observando o limite máximo de 12 (doze) metros cúbicos ou 4.500 (quatro mil e quinhentos) quilogramas por passagem inteira, até 2 (duas) passagens, acrescido de 3 (três) metros cúbicos ou 900 (novecentos) quilogramas por passagem adicional, até 3 (três).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Área Requisitante: Coordenação de Administração de Pessoal Civil - COAPC	Fábbia Gomes Barbosa Jacob da Silva - Coordenadora-Geral

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.1. Trata-se de um serviço comum, de caráter não continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. A necessidade de contratar empresa especializada, é justificada para que a ACMD possa atender as demandas de contratações ocasionais em virtude de movimentações de servidores em cargos de comissão e função de confiança, sendo indispensável à Administração no desempenho de suas obrigações legais e em virtude de inexistir na ACMD serviços específicos que atenda a presente demanda.

4.3. A contratação visa atender as exigências legais do art. 53, § 1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, a seguir:

Art. 1º Ao servidor público civil regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á:

I - ajuda de custo, para atender às despesas de viagem, mudança e instalação;

II - transporte, preferencialmente por via aérea, inclusive para seus dependentes;

III - transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

4.4. Deverá ainda, ser observadas as especificações descritas na Orientação Normativa nº 3, de 15 de fevereiro de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério da Economia, conforme a saber:

§ 2º - No transporte de bagagem e de mobiliário, será observado o limite máximo de doze metros cúbicos ou 4.500 kg por passageiro, até duas passagens, acrescido de três metros cúbicos ou novecentos quilogramas por passageiro adicional, até três passagens.

§ 3º - Para os fins do disposto neste artigo, compreende-se como bagagem e mobiliário os móveis residenciais e os bens pessoais do servidor e de seus dependentes.

4.5. Levando-se em consideração que o quantitativo vigente vem suprindo satisfatoriamente as necessidades deste Ministério, a estimativa da presente contratação foi baseada no montante total de cubagem previsto nas contratações dos anos de 2017 a 2023 conforme histórico descrito no item 7.

4.6. Os itens foram subdivididos em faixa de quilometragem, haja vista se tratar da forma mais satisfatória e viável em relação à eficiência técnica, visando, ainda, manter a qualidade do serviço, onde o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de uma mesma gestão, com o maior nível de controle pela Administração na execução do objeto do contrato, maior interação entre as diferentes fases do serviço, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do trabalho em uma só pessoa e concentração da garantia dos resultados, havendo assim um grande ganho para a Administração na economia de escala, que aplicada na execução desse serviço, implica em aumento de quantitativos e, conseqüentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

4.7. Atualmente a prestação desses serviços é coberta pelos Contratos nº 010, 011 e 012/2022-MD, celebrados com as Empresas Multiprime Transportes, Propulsão Transporte e Marca Sul Transporte, provenientes do processo 60584.000094/2022-49, que terão suas vigências expiradas dia 07/07/2023, e não comportam prorrogações.

4.8. Critérios e práticas de sustentabilidade:

4.8.1. Devem ser observados e atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – CNS /DECOR/CGU/AGU, 5ª edição, revista, atualizada, ampliada – agosto/2022:

4.8.1.1. Os requisitos que dispõem de serviços que envolvam a utilização de veículos automotores.

4.8.2. A empresa a ser contratada deve obedecer, no que for possível, as disposições acerca dos critérios de sustentabilidade ambiental, registradas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, notadamente em seu art. 6º.

4.8.2.1. Os materiais e embalagens empregados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2. Os produtos fornecidos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Além disso, os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.8.3. Além disso, o serviço de transporte de bagagens envolve diversos mecanismos que devem seguir boas práticas de sustentabilidade, como por exemplo, reciclagem de embalagens, uso de veículo em boas condições para evitar desperdício de combustíveis, dentre outras práticas é essencial a manutenção sustentável deste contrato. Assim deve-se a contratação também exigir o cumprimento das práticas abaixo:

4.8.3.1. A licitante deve ter veículos em boas condições de uso de modo a evitar excessos de emissão de poluentes na atmosfera;

4.8.3.2. Deve realizar a reciclagem correta de plásticos e papelões nas mudanças, e respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.8.3.3. Devem, seus colaboradores, utilizar os corretos EPI's no trabalho para evitar acidentes;

4.8.3.4. Devem tomar as rotas mais próximas para evitar desperdício de combustível.

4.9. Não haverá exigência de garantia da contratação conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021, apresentados abaixo:

"Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos."

4.9.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Levantamento de Mercado

LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO;

5.A.1. A equipe de planejamento da contratação considerou contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração, obtendo os seguintes resultados;

5.A.1.1. No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 29 de maio de 2023, às 13h50min, em consulta à ata de registro de preços, no período de 19/05/2022 até 19/05/2023, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, constatou-se que é comum a contratação do objeto (CATSER 3220 – transporte de mudança – Interestadual), através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado na tabela abaixo, que contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	ETP DIGITAL (COMPRAS. GOV.BR)	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120039 - MAER-GRUPAMENTO DE APOIO/RJ	Pregão 00037/2022	Nº 45/2022	12/07/2022 12/07/2023
39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	393001 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	Pregão 00008/2022	Nº 15/2022	11/07/2022 11/07/2023
20501 - CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT.E TECNOLÓGICO	364102 - CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL	Pregão 00020/2022	NÃO UTILIZOU O ETP DIGITAL	15/12/2022 15/12/2023
52131 - COMANDO DA MARINHA	788820 - CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM MANAUS	Pregão 00046/2022	NÃO UTILIZOU O ETP DIGITAL	30/12/2022 30/12/2023
30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	200334 - COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD	Pregão 00003/2023	Nº 96/2022	03/04/2023 03/04/2024

5.A.1.2. Da análise das contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, certifica-se que não foi identificada a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta Administração.

5.A.1.3. Inicialmente, é importante ressaltar que a análise das alternativas possíveis de solução para o objeto em pauta se faz necessária, uma vez que esta Equipe de Planejamento de Aquisições visualiza outras soluções possíveis para o atendimento da demanda apresentada, sendo as soluções apresentadas abaixo:

5.A.1.4. Solução nº 1: **Indenização paga em espécie.**

Vantagens:

O servidor escolherá a empresa que melhor atenda sua necessidade, levando em consideração preço e prazo de conclusão para contrato, sendo uma forma de maior agilidade.

Desvantagens:

Inviabilidade de real comprovação dos valores recebidos com os realmente gastos, difícil mensuração do valor necessário para cada localidade. Falta de estrutura administrativa para esse acompanhamento, dificuldade de empenhar o recurso para o servidor no momento da necessidade.

5.A.1.5. Solução nº 2: **Transporte realizado pela própria ACMD.**

Vantagens:

Agilidade na execução, disponibilidade imediata para realizar o serviço.

Desvantagens:

Inviabilidade por falta de veículo próprio para realizar o transporte, sendo necessário adquirir o veículo, que seria por meio de licitação não podendo mensurar a capacidade/tamanho do veículo para atender a demanda. Também seria necessário disponibilizar uma grande equipe para ajudar no serviço, desde motorista até ajudantes para realizar a carga e descarga da mudança, com gastos ainda em combustível e manutenção do veículo.

5.A.1.6. Solução nº3: **Contratação de empresa especializada em serviço de transporte.**

Vantagens:

O serviço será realizado conforme demanda, sendo necessário somente quando surgir alguma movimentação de servidor pela ACMD. Neste caso, só haverá a real saída de recursos financeiros dos cofres públicos após a utilização do serviço caso haja a demanda. Tomando a solução mais vantajosa do ponto de vista econômico para ACMD.

Desvantagem:

Necessidade de realizar um processo licitatório, após esta realização de contrato com as empresas vencedoras, e talvez não utilização do serviço, haja vista que o serviço é sobre demanda, e ultimamente não estava havendo muita utilização, conforme pode ser acompanhado no item 7. memórias de cálculo.

5.A.1.7. Inicialmente, é importante ressaltar que após a análise das alternativas possíveis de solução, tendo em vista que o Estudo Técnico Preliminar tem a finalidade de indicar o interesse público e a melhor solução ao Termo de Referência. A Equipe de Planejamento de Aquisições conclui que a solução nº 3 é mais vantajosa e viável para Administração sob os aspectos técnicos e econômicos descritos acima.

5.A.1.7.1. Em atendimento ao art.11, I, da lei 14.133/2021, esta equipe observou as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores, até da própria ACMD, inclusive de outros órgãos, constatando que a solução mais apta à satisfazer a necessidade será pela contratação por meio de certame, de empresa especializada neste tipo de serviço. Desonerando assim os servidores públicos de realizarem atividades que não são voltadas para as áreas de finalidade do órgão.

B) SER REALIZADA AUDIÊNCIA E/OU CONSULTA PÚBLICA, PREFERENCIALMENTE NA FORMA ELETRÔNICA, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES;

5.B.1.8. Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente contratação se trata de um serviço comum, de acordo com inciso XLI do art. 6º, da Lei 14.133 de 2021, e o quantitativo a ser licitado ser facilmente disponibilizado pelo mercado.

5.B.1.9. Ademais, após o levantamento do mercado de que trata a alínea anterior, a quantidade de fornecedores em potencial não foi considerada restrita. Em virtude do exposto, não foi julgado como necessária a retificação da especificação técnica dos itens que se pretende contratar, uma vez que todos os requisitos descritos são indispensáveis para o atendimento da demanda.

C) EM CASO DE POSSIBILIDADE DE COMPRA, LOCAÇÃO DE BENS OU DO ACESSO A BENS, SER AVALIADOS OS CUSTOS E OS BENEFÍCIOS DE CADA OPÇÃO PARA ESCOLHA DA ALTERNATIVA MAIS VANTAJOSA, PROSPECTANDO-SE ARRANJOS INOVADORES EM SEDE DE ECONOMIA CIRCULAR; E

5.C.1. Não se aplica para o serviço contratado.

D) SER CONSIDERADAS OUTRAS OPÇÕES LOGÍSTICAS MENOS ONEROSAS À ADMINISTRAÇÃO, TAIS COMO CHAMAMENTO PÚBLICOS DE DOAÇÃO E PERMUTAS.

5.D.1.10. Não se aplica para o serviço contratado.

6. Descrição da solução como um todo

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO;

6.1. Para este objeto a ser contratado a solução abrange atender a necessidade do Ministério da Defesa – MD com a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo como referência o modelo disponibilizado pela AGU - Termo de Referência - Modelo Serviços não Contínuos - Pregão Eletrônico, Atualização: maio/2023, sendo balizado na legislação em vigor e com critérios objetivos de seleção do fornecedor a ser contratado.

6.2. Não se vislumbra, neste momento, vantajosidade e/ou necessidade da contratação de manutenção e de assistência técnica relacionadas aos itens, sem, contudo, esgotar o estudo, podendo ser objeto de futuro processo específico para manutenção de materiais da mesma natureza destes, hora propostos à licitação.

6.3. A empresa vencedora só prestará o serviço conforme a demanda devidamente autorizada após os trâmites legais, não havendo nenhuma descentralização de recursos ou pagamento a empresa sem a efetiva prestação do serviço contratado.

Qualificação Técnica:

6.4. Os **critérios de qualificação técnica** a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.4.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.4.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.4.3.1. A soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **50% (cinquenta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Estudo Técnico Preliminar.

6.4.3.2. A apresentação de atestados será para todos os itens da licitação, haja vista o menor valor estimado para esta licitação é a do item 1 (transporte de mudança – até 200 km) que equivale a 7 % (sete por cento) do valor da contratação e conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021 “será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”. Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem **valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação** (art. 67, §1º, 14.133/2021).

6.4.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente:

6.4.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

6.4.6. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

6.4.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

6.4.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.4.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

6.4.6.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

6.4.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

6.4.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

6.4.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

6.4.6.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

6.4.6.9. A IN Seges/ME nº 116, de 2021, determina, em seu caput do art. 4º, que os editais possibilitem a contratação das pessoas físicas, em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição. Ainda de acordo com o parágrafo único desse mesmo dispositivo, será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”. Portanto, não há possibilidade de contratação de pessoas físicas neste certame, tendo em vista a licitante demandar uma estrutura mínima como veículos adequados e equipe mínima para desmontagem e montagem no destino final, além da capacidade operacional para atender o objeto licitado.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;

7.1. As memórias de cálculo dos quantitativos, conforme prescreve o inciso V, do art. 9º da IN 58/2022, estão previstos no histórico quantitativo nos anos de 2018 a 2022, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTD. A LICITAR 2023	QTD. Utilizada 2018	QTD. Utilizada 2019	QTD. Utilizada 2020	QTD. Utilizada 2021	QTD. Utilizada 2022	QTD. Utilizada em 2023 (considerando que o contrato se encerra em julho/2023)
001	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ATÉ 200 KM.	100	0	0	0	0	0	0
002	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 201 ATÉ 400 KM.	100	0	0	0	0	0	0
003	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 401 ATÉ 800 KM.	150	0	0	24 m³	0	0	0
004	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL.	200	0	0	0	0	0	24 m³

	TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 801 ATÉ 1.200 KM							
005	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ACIMA DE 1.200 KM.	200	30 m³	30 m³	60 m³	74 m³	0	12 m³

7.2. Em observância ao disposto no Art. 40, inc. III, da Lei nº 14.133/21, as quantidades a serem adquiridas são justificadas em função do consumo e provável utilização. A referida quantidade foi obtida a partir de fatos concretos, solicitações formalizadas, realizadas pelo setor demandante.

7.3. As quantidades estimadas dos serviços foram levantadas pelo setor requisitante, com base no histórico dos contratos gerados nos últimos 5 (cinco) anos conforme consta no despacho nº527/COAPC/GEPES/DEADI/SEORI/SG-MD (6548484).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 213.120,00

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO:

8.1. A estimativa do valor da contratação, quantidades, especificações e valor máximo aceitável desta contratação são as constantes na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR ESTIMADO R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
001	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - ATÉ 200 KM.	3220	M³	100	R\$ 170,00	R\$ 17.000,00
002	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 201 ATÉ 400 KM.	3220	M³	100	R\$ 193,27	R\$ 19.327,00
003	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 401 ATÉ 800 KM.	3220	M³	150	R\$ 248,22	R\$ 37.233,00
004	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL. TRANSPORTE DE MUDANÇA - DE 801 ATÉ 1.200 KM	3220	M³	200	R\$ 340,00	R\$ 68.000,00

005	TRANSPORTE DE MUDANÇA - INTERESTADUAL.	3220	M³	200	R\$ 357,80	R\$ 71.560,00
	TRANSPORTE DE MUDANÇA - ACIMA DE 1.200 KM.					
CUSTO TOTAL GERAL ESTIMADO						R\$ 213.120,00

8.2. As memórias de cálculos acompanhadas dos preços referências (Máximo Aceitável), conforme prescreve o inc. VI, do art. 9º da IN 58/2022 e art. 18 §1º da Lei 14.133/21, são aquelas elaboradas através do Mapa Comparativo dos Preços (6496713) e posterior Análise Crítica os Preços (6496714), realizada pelo Núcleo de Pesquisa de Preços – NUPP, deste Ministério.

8.2.1. A justificativa das quantidades licitadas conforme consta no item 5. do DFD nº2/COAPC/GEPES/DEADI/SEORI/SG-MD (6281043)

8.2.1.1. A quantidade do item 001, foi estimada em 100 m³ o que equivale aproximadamente 8 mudanças de 12 m³ , considerando que entre 2018 e 2023 este item não foi executado por ausência de demanda, mas será solicitado esse quantitativo para suprir alguma demanda que possa surgir no decorrer dos próximos 12 (doze) meses.

8.2.1.2. A quantidade do item 002, foi estimada em 100 m³ o que equivale aproximadamente 8 mudanças de 12 m³ , considerando que entre 2018 e 2023 este item não foi executado por ausência de demanda, este item também será solicitado conforme a justificativa do item anterior.

8.2.1.3. A quantidade do item 003 foi estimada em 150 m³ o que equivale aproximadamente 12 mudanças de 12 m³ , considerando nos último 5 anos foi utilizado 24 m³ em 2020.

8.2.1.4. A quantidade do item 004 foi estimada em 200 m³ o que equivale aproximadamente 16 mudanças de 12 m³ , considerando que nos último 5 anos foi utilizado 24 m³ em 2023.

8.2.1.5. A quantidade do item 005 foi estimada em 200 m³ o que equivale aproximadamente 16 mudanças de 12 m³ , considerando que nos últimos 5 anos foi utilizado 30 m³ em 2018 e 2019, 60 m³ em 2020 e 74 m³ em 2021 e 12 m³ em 2023.

8.3. Sigilo:

8.3.1. Quanto ao sigilo do valor da contratação até a conclusão da licitação (inciso VI do art. 9º, IN 58/22), conclui-se que não se faz necessário, uma vez que a divulgação do valor estimado, detalhamento das quantidades e das demais informações necessárias podem auxiliar os licitantes na elaboração de suas propostas de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL:

9.1. Quanto ao parcelamento ou não da solução, em regra, conforme inciso VII, art. 18 da Lei 14.133/2021, o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, efetuadas pela Administração deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade.

9.2. Em virtude de acudir o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala (Súmula nº 247 do TCU), optou-se pela organização do certame em itens.

9.3. Opção de critério de julgamento e contratação será o Menor Preço por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

10.1. O presente processo tem a finalidade de viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte nacional de mobiliário, equipamentos, bens pessoais, automóveis e motocicletas – sob demanda.

10.2. Como contratação correlata há o processo nº60584.000094/2022-49, o qual tratou sobre o mesmo tema no ano de 2022.

10.2.1. Desse modo, o presente processo tem como base o processo supracitado, visando à continuidade, ao aperfeiçoamento e ao êxito das contratações futuras.

10.2.2. Contudo, é importante considerar que as contratações das empresas especializadas na prestação de serviços de transporte nacional licitados em 2022, não comportam prorrogações, faz-se necessária a realização de novo certame para que esta administração possa cumprir as disposições contidas no supracitado Decreto nº 4.004/2001.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO:

11.1. De acordo com o art. 16 do Decreto 10.947 de 25 de janeiro de 2022, durante o ano de sua execução, o Plano de Contratações Anual (PCA), poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

11.2. Parágrafo único. O Plano de Contratações Anual (PCA) atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observado o disposto no art. 14.

11.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000008/2023;

II) Data de publicação no PNCP: 16/05/2023;

III) Id do item no PCA: 64;

IV) Classe/Grupo: 643 – Serviços de Transporte Rodoviário; e

V) Identificador da Futura Contratação: 110404_1/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL:

12.1. O resultado pretendido será alcançado com o firmamento do contrato com uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte nacional.

12.2. Os ganhos diretos que se almejam com a contratação, estão relacionados na justificativa da aquisição de cada um dos itens, conforme previsto no item 2 deste instrumento.

12.3. Quanto ao desenvolvimento nacional sustentável, o subitem 4.6, deste instrumento, menciona os critérios de sustentabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO:

13.1. Não será necessárias providências quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma contratação de serviço comum.

14. Possíveis Impactos Ambientais

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO.

14.1. Com a finalidade de mitigar os possíveis impactos ambientais e buscando sanar os riscos ambientais existentes, esta administração realizou a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental, conforme minudenciado no item **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**, deste instrumento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

15.1. Esta Equipe de Planejamento da Contratação declara a viabilidade e a razoabilidade da **contratação de empresa especializada em transporte nacional de mudança**, com base nos elementos expostos neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9º da IN 58/2022, da SEGES/ME.

15.2. De acordo com a Portaria DEADI/SEORI/SG-MD Nº 2952, de 23 de maio de 2023 (6300482), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 21, de 26 de maio de 2023 (6305038), foi designada a equipe de planejamento da contratação conforme segue:

I - na condição de integrante requisitante: SC LEONOR MARIA DA SILVA, CPF: ***.732.591-**, lotada na Coordenação de Administração de Pessoal Civil (COAPC);

II - na condição de integrante administrativo: 1º Ten (MB) UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA, CPF: ***.346.481-**, lotada na Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ); e

III - na condição de integrante técnico: SC FÁBBIA GOMES BARBOSA JACOB DA SILVA, CPF: ***.355.581-**, lotada na Coordenação de Administração de Pessoal Civil (COAPC).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FÁBBIA GOMES BARBOSA JACOB DA SILVA

Coordenadora da Coordenação da Administração de Pessoal Civil – COAPC



Assinou eletronicamente em 13/06/2023 às 12:12:57.

LEONOR MARIA DA SILVA

Chefe de Serviço



Assinou eletronicamente em 12/06/2023 às 11:12:06.

UIARA ALVES DOS SANTOS MOREIRA

integrante administrativo



Assinou eletronicamente em 12/09/2023 às 11:12:37.